



SOCIEDADES

A Norte, os advogados já lidam com “empresários mais motivados”

Miguel Baltazar

“

Em sectores que historicamente eram muito importantes para o Norte do país, nomeadamente o têxtil ou o calçado, há hoje um dinamismo que não se via há muito tempo.

MIGUEL REIS
Fiscalista e sócio da PLMJ

O tecido empresarial local é empreendedor, muito dinâmico. Para nós não é surpresa o que está a suceder no Porto.

TOMÁS PESSANHA
Sócio da PLMJ, responsável pelo escritório do Porto

”



O fiscalista Miguel Reis, ladeado por Tomás Pessanha (à esquerda) e João Magalhães Ramalho, entrou, como sócio, para a equipa da PLMJ.

Reestruturações de empresas, destruição de emprego e muito contencioso. Tem sido assim, mas há sinais de mudança nos serviços jurídicos a Norte, diz Miguel Reis, novo sócio da PLMJ.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

“A região Norte do país foi a primeira a sofrer os efeitos da crise, mas também aquela em que primeiro começaram a sentir-se alguns sinais de retoma”. A ideia é avançada por Tomás Pessanha, sócio da PLMJ e responsável pelo escritório do Porto desta sociedade de advogados, tendo como suporte as expectativas dos clientes com que lida diariamente. Depois de muito trabalho centrado na reestruturação de empresas, esta firma quer agora, segundo o mesmo jurista, participar no “processo de recuperação” em curso.

“O tecido empresarial local é empreendedor, muito dinâmico. Para nós não é surpresa o que está a suceder no Porto e, como é evidente, gostávamos de estar bem posicionados nesse processo de recuperação”, diz Tomás Pessanha.

As reestruturações de empresas, a consequente destruição de emprego e actividade na área do contencioso foram, nos últimos anos, factores marcantes do mercado dos serviços jurídicos na região Norte. O fiscalista Miguel Reis, novo sócio da PLMJ e mais recente elemento do escritório do Porto da sociedade PLMJ admite que, “infelizmente”, esta foi a realidade. Contudo, sublinha ao Negócios, “em sectores que historicamente eram muito importantes para o Norte do país, nomeadamente o têxtil ou o calçado, há hoje um dinamismo que não se via há muito tempo”.

Também há o caso das novas tecnologias

Nos sectores tradicionais, mas não só, tal como evidencia Tomás

Pessanha, ao lembrar o aparecimento de pequenas e médias empresas na área das novas tecnologias: “Desde há muito que temos vindo a apostar no apoio a esses projectos, que têm potencial para, eventualmente, ir além das fronteiras nacionais.”

Em que se traduz essa aposta, quando está em causa a prestação de serviços jurídicos? O sócio responsável pelo escritório do Porto sublinha que o trabalho tem consistido em proporcionar apoio jurídico a incubadoras de empresas, a startups e até a empresas na sua fase de internacionalização.

“No Norte há dois pólos universitários – em Braga e Aveiro – que são centros de investimento técnico muito importante. À volta

destes centros têm nascido muitas empresas. E a apostar nestas empresas é possível ver empresários, numa lógica de capital de risco, muito empenhados em participar no ‘up-side’ destes projectos”, clarifica Tomás Pessanha.

Empresas que “fugiram” e que estão a voltar

Há ainda uma outra realidade que está a permitir encarar com algum alento a forma como o sector empresarial nortenho tem vindo a reagir à crise. Enquanto membro da administração da Câmara de Comércio Luso-Britânica, Miguel Reis lembra que, através desta instituição, são vários os empresários que estão interessados na região Norte. “São empresários que, no passado



“Encontro de vontades” leva fiscalista Miguel Reis para sócio da PLMJ

Instabilidade nas leis? Não, obrigado!

“Tudo o que é incentivo fiscal e apoio ao investimento é bom. Agora, aquilo que preocupa qualquer empresário é a instabilidade legislativa”. Para o advogado Miguel C. Reis, o mais recente sócio da PLMJ, a constante mudança no quadro legislativo português, em particular no campo da fiscalidade é prejudicial ao país. Não contesta a reforma do IRC ou eventuais afinamentos como os propostos no futuro Código Fiscal do Investimento. Em todo o caso deixa um alerta: “Não é nisso que os investigadores pegam. O investidor, em geral, não se queixava se a taxa do IRC era alta ou baixa, mas da instabilidade”. A título de exemplo, Miguel Reis lembra os casos da Holanda ou do Luxemburgo, onde, à parte as adaptações legislativas determinadas por directivas comunitárias, o chamado regime das holding vigora desde as primeiras décadas do século XX. Por cá, ao contrário, as leis estão sempre “em grande movimentação e isso assusta o investidor”, afirma o fiscalista.

‘fugiram’ de Portugal para ir para o Extremo Oriente ou para o Leste da Europa. Hoje estão a regressar a Portugal. O custo dos combustíveis subiu astronomicamente, portanto, trabalhar no Extremo Oriente, com o tempo de trajecto, o que produzem acaba por ficar caríssimo”, evidencia o advogado.

Segundo adianta, a situação “tem feito com que muito empresário de têxtil e calçado regressa a Portugal e esteja não necessariamente a constituir as suas próprias empresas, mas a contratar os serviços de empresas com que já trabalhavam, fomentando o emprego e as exportações”. Por razões como estas, conclui Miguel Reis, “notam-se os empresários mais motivados.” ■

“Foi um encontro de vontades”. O advogado português Miguel C. Reis justifica deste modo o seu ingresso recente, como sócio, na firma de advocacia PLMJ. “Vontades” que o fiscalista explica pela necessidade de assegurar a ligação de proximidade aos clientes que mantém na região Norte do País, mas também de lhes proporcionar serviços jurídicos prestados por uma equipa de advogados “full service”.

Aos aspectos referidos o fiscalista associa ainda a “vantagem” de passar a estar ligado a “uma sociedade portuguesa, independente e de referência”. Miguel C. Reis, que irá trabalhar no escritório do Porto da sociedade, é a partir de agora o quarto sócio da equipa de direito fiscal desta firma, a par de Serena Cabrita Neto, Nuno da Cunha Barnabé e João Magalhães Ramalho, advogado e sócio que lidera este grupo de prática.

“Temos um lema muito cristalino: ou fazemos bem ou não fazemos. Dentro desse âmbito, desde que sou responsável por esta equipa, aquilo que nos propomos é prestar um trabalho de apoio transversal em todas as áreas de direito fiscal, desde a consultoria ao contencioso”, explica João Magalhães Ramalho. Na sua opinião, a entrada de Miguel Reis na PLMJ vai ajudar a equipa a tornar-se mais forte, seja “ao nível dos contactos internacionais”.

Foi considerado “advogado do ano em direito fiscal

Até aqui ligado à firma ibérica Garrigues, o fiscalista Miguel C. Reis foi eleito advogado do ano em Direito Fiscal em 2014 pela revista “Finance Monthly” e pelo “Best Lawyers”. É membro

“

Tudo o que é incentivo fiscal e apoio ao investimento é bom. Agora, aquilo que preocupa qualquer empresário é a instabilidade legislativa.



MIGUEL C. REIS
Fiscalista e sócio da PLMJ

”

das principais associações nacionais e internacionais na área de fiscal e de advocacia, como Associação Fiscal Portuguesa, a International Fiscal Association e da International Bar Association.

É também membro do conselho de administração da Câmara do Comércio Luso-Britânica. Além do curso de Direito, o novo sócio da PLMJ completou duas pós-graduações em gestão – “Strategic Management”, na Católica Lisbon School of Business & Economics, e “Advanced Management”, na IESE Business School em Barcelona. ■

JOÃO MALTEZ